

(CONTINUAÇÃO)



5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem a apresentação da DVA, as quais, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Ricardo Akira Matsunaga
CT CRC 1SP-296.382/O-1 "S" – PA
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – PA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Notas	31/12/2017	31/12/2016	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.773	11.142	Fornecedores	-	124.478
Contas a receber	5			Empréstimos e financiamentos	11	463.246
Partes relacionadas	19.b	170.294	109.010	Salários, provisões e contribuições sociais	-	33.504
Terceiros	5	6.058	3.643	Impostos a recolher	12	23.841
Estoques	6	112.829	100.167	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	5.191
Tributos a compensar	8	34.767	31.075	Dividendos a pagar	16.d	53.115
Outros ativos circulantes	-	53.229	35.808	Provisão para desmobilização de ativos	14	20.049
Total do ativo circulante		405.950	290.845	Outras obrigações	-	2.863
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		726.287
Tributos a compensar	8	80.603	27.104	Passivo não circulante		
Depósitos judiciais	7	258.626	240.624	Empréstimos e financiamentos	11	554.815
Tributos diferidos	15	85.881	75.418	Tributos diferidos	15	43.834
Outros ativos não circulantes	-	71.035	72.232	Provisão para contingências	13	332.748
		496.145	415.378	Provisão para desmobilização de ativos	14	299.801
Investimentos	-	396	380	Total do passivo não circulante		1.231.198
Imobilizado	9	1.884.839	1.589.192	Patrimônio líquido	16	
Intangível	10	2.286	2.247	Capital social	a)	490.163
		1.887.521	1.591.819	Reservas de capital	b)	6.830
Total do ativo não circulante		2.383.666	2.007.197	Reserva de lucros	16.c1,c2,c3	335.138
Total do ativo		2.789.616	2.298.042	Total do passivo e do patrimônio líquido		832.131
						1.051.682
						2.789.616
						2.298.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CONTINUA)